

Ajuste fiscal passa e corte de incentivos será examinado hoje

por Itamar Garcez
de Brasília

O Congresso Nacional aprovou ontem as medidas provisórias do ajuste fiscal, com exceção do corte de incentivos, que deve ser votado hoje, segundo previsão do seu presidente, senador Humberto Lucena (PMDB/PB). Depois de um esforço, que durou a manhã e a tarde, Lucena criticou o presidente da República pelo excesso de medidas provisórias que têm sido enviadas ao Congresso. "Acho que o governo deve dosar o máximo possível", aconselhou o senador.

"Espero que o presidente não utilize esse instrumento durante o recesso parlamentar, se 'não seremos forçados a convocar o Congresso' desfechou.

Um pedido de verificação de quórum, promovido pelos senadores Itamar Franco (sem partido/MG) e Severo Gomes (PMDB/SP), obstruiu a votação da medida que promovia cortes em incentivos fiscais. Ambos temiam que essa medida atingisse a indústria da informática, que hoje tem benefício dos investidores em bolsas de ações e com gastos em pesquisas.

Para o deputado César Maia (PDT/RJ), essa atitude vai beneficiar apenas as grandes indústrias de informática, já instaladas. "Na verdade, o Congresso está mantendo os cartórios empresariais, como o da informática", argumentou. O deputado José Serra (PSDB/SP), que também se aliou às esquerdas no apoio às medidas provisórias, calculou em US\$ 438 milhões a receita que deixará de ser arrecadada, caso o Congresso não aprove hoje o corte nos incentivos fiscais, quando haverá nova sessão, às 9 horas. Essa será a última oportunidade para votar a medida,

antes do recesso, que começa amanhã.

A assessoria parlamentar de Serra calculou, ainda, que somará US\$ 4,4 bilhões o aumento da receita com as medidas que já foram aprovadas. A otenização de tributos, como o IPI e o IRRF, além das contribuições como o PIS e PASSEP, gerará, pelos mesmos cálculos, cerca de US\$ 3,2 bilhões. A outra medida, que institui a contribuição social sobre o lucro das pessoas jurídicas, aumentará em US\$ 1,2 bilhão a arrecadação federal.

Os recursos da contribuição social, como exposto na justificativa encaminhada pelo Executivo, serão destinados à seguridade social. A medida aprovada prevê uma alíquota de 8% para as empresas e de 12% para as instituições financeiras, sobre o lucro. Ainda pelos cálculos da equipe do deputado Serra, o aumento de 0,9% para 1,8% nas taxas de expediente das licenças e guias de importação, ressalvadas as exceções previstas na lei, implicará arrecadação de US\$ 131 milhões.

Ontem, logo após a sessão, o presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Albano Franco (PMDB/SE), manifestou apoio às medidas, mas alertou para o "repassse" ao preço final dos produtos. Já o deputado Francisco Dornelles (PFL/RJ) advertiu que a medida que cria a contribuição social pode ser declarada inconstitucional. Ele explicou que ela será cobrada sobre o lucro gerado no exercício anterior, ou seja, 1988. Para Dornelles, isso é ilegal. O vice-líder do PFL, deputado José Lins (CE), que concorda com a ilegalidade apontada por seu colega, acha "justificável", já que os recursos destinam-se a cobrir "um rombo na previdência calculado em cerca de US\$ 2 bilhões".